

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ATIVIDADES ESCOLARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cláudia Regina de Souza Maldaner¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância e a necessidade da participação dos pais no processo pedagógico durante a Educação Infantil. Para tanto, realiza-se inicialmente uma análise das concepções de infância e do desenvolvimento infantil, bem como das teorias que fundamentam a prática pedagógica. Em seguida, aborda-se a organização da Educação Infantil segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Por fim, discute-se o papel dos pais no contexto escolar como uma proposta pedagógica ao mesmo tempo desafiadora e essencial, visando a construção de uma educação de qualidade que integre família, professores, gestores e alunos em todo o processo pedagógico.

Palavras-chave: Educação Infantil; família; processo pedagógico.

Abstract: This paper aims to reflect on the importance and necessity of parental involvement in the pedagogical process during Early Childhood Education. To this end, we first analyze the concepts of childhood and child development, as well as the theories that underpin pedagogical practice. We then address the organization of Early Childhood Education according to the Law of Guidelines and Bases of National Education. Finally, we discuss the role of parents in the school context as a pedagogical proposal that is both challenging and essential, aiming to build a quality education that integrates families, teachers, administrators, and students throughout the pedagogical process.

Keywords: Early Childhood Education; family; pedagogical process.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a Participação dos pais no trabalho pedagógico no processo educativo durante a fase da Educação Infantil, nos fazendo questionar sobre a qual a importância da participação dos pais nas atividades da Educação Infantil? Para tanto se desenvolve como objetivo geral a análise da importância da presença dos pais durante as atividades da escola na Educação Infantil. Como objetivos específicos se pretende caracterizar a educação infantil de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como a infância e as teorias que fundamentam o processo pedagógico. Após, contextualizar a importância

¹ Licenciada em Pedagogia. Especialista em: Psicopedagogia Clínica e Institucional; Comportamento Organizacional e do Trabalho; Tecnologias para Educação Profissional. Professora de Ensino Superior na UCEFF Educacional.

da presença dos pais na escola durante a Educação Infantil e analisar possibilidades de aproximação dos familiares das atividades das crianças na escola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atualmente, é visível a necessidade de construir-se uma educação capaz de formar seres humanos cada vez mais conscientes de suas possibilidades e de seus limites; preparados para conviver harmoniosamente consigo mesmos, com os seus semelhantes e com o meio no qual habitam e interagirem acompanhando a evolução cada vez mais rápida da sociedade em constante transformação.

Vive-se uma crise mundial em todos os aspectos. Ao mesmo tempo em que a experiência da pós-modernidade nos abre horizontes e anula fronteiras geográficas e culturais, parecendo unir a espécie humana, também aparece como uma ameaça radical a tudo o que temos a tudo que sabemos e a tudo o que somos. Neste contexto, o trabalho com a Educação Infantil é de extrema necessidade para o desenvolvimento da criança; porém, além de ser trabalhoso, pois envolvem também os cuidados com os pequenos alunos, o professor tem que conviver com a cobrança e ansiedade dos pais quanto à formação de seus filhos.

Mediante todas as situações, o importante é que as escolas de educação infantil tenham uma proposta pedagógica pautada no Referencial Curricular de Educação Infantil, e que façam a aproximação dos pais com essas propostas, visando reuniões explicativas dos conteúdos que serão trabalhos, de maneira que os pais fiquem mais tranquilos e, auxiliando neste processo, serão capazes de dar maior segurança aos pequenos alunos. Somente dessa forma, amenizarão suas ansiedades e diminuirão as dúvidas quanto à aprendizagem na educação infantil.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

A infância não foi sempre reconhecida como tal, e se essa época da vida é atualmente tão valorizada isso se deve a inúmeros fatores, o modo de encarar os fenômenos sociais, como a educação, e os sujeitos sociais como as crianças.

Durante muito tempo infância não existiu, não era reconhecida como período específico da vida humana, a criança era considerada uma miniatura do adulto, portanto, era necessário crescer logo e chegar à vida adulta.

Era junto aos adultos e outras crianças com os quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta (Kaercher, 2001, p.13).

Segundo Aranha (1996) com a Revolução Industrial altera-se a fisionomia do mundo do trabalho, com invenção das máquinas, cresce a produção das fábricas surgindo à divisão do trabalho. Para suprir a demanda da produção mulheres e crianças tinham uma jornada de trabalho de aproximadamente 16 horas diárias.

Com essa nova realidade da sociedade, a instituição família (trabalhadora) passa por uma reestruturação. As crianças que não ainda não são envolvidas na jornada de trabalho, necessitam de cuidados especiais passam a ficar sob a tutela de orfanatos, asilos que tinham por finalidade guardar e assistir a criança pequena.

[...] filósofos e educadores do final da Idade Média e início da Idade Moderna trazem novas contribuições ao que naquele momento se compreendia por infância. Estes estudiosos fundamentaram-se nas características da “natureza infantil”, que atribuía à criança aspectos de dualidade, ou seja, se por um lado a criança era dotada de capacidades inatas, de potencialidades naturais, de outro era ser incompleto e imaturo: precisaria ser modelado, ensinado e educado (Proposta Curricular de Santa Catarina. 1998 p.81).

A educação faz-se pedagógica e menos empírica a criança passa a ser alguém merecedora de cuidados, escolarizada e preparada para uma atuação futura, mas até aí, as classes sociais não são misturadas, há uma discriminação entre o ensino para ricos e para pobres.

A compreensão da infância é um elemento central na educação infantil, pois influencia a forma como crianças são vistas, tratadas e inseridas nos processos pedagógicos. Tradicionalmente, a infância foi entendida como uma etapa preparatória para a vida adulta, desconsiderando o valor do tempo vivido pelas crianças e a importância do brincar, da interação social e do desenvolvimento integral nesse período (Rios; Silva, 2018). Essa perspectiva, centrada na preparação para o futuro, limitava as experiências das crianças a atividades dirigidas, enfatizando a disciplina e a aquisição de conteúdos, em detrimento do desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

Atualmente, a concepção contemporânea de infância é pautada na compreensão da criança como sujeito de direitos, com necessidades próprias de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo com a Declaração dos Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nessa perspectiva, a infância é valorizada como um estágio pleno de desenvolvimento, em que a criança aprende por meio de interações com o ambiente, brincadeiras e relações sociais (Brasil, 1990; Oliveira, 2017).

No âmbito educacional, autores como Piaget e Vygotsky ressaltam a importância de compreender a criança em seu contexto de desenvolvimento. Para Piaget, o aprendizado ocorre de forma construtivista, por meio de experiências que permitem à criança elaborar conceitos a partir da interação com o meio (Piaget, 1976). Vygotsky, por sua vez, enfatiza o papel do contexto social e da mediação do adulto no processo de aprendizagem, destacando que o desenvolvimento infantil se dá a partir da interação social e da linguagem (Vygotsky, 1998).

Essa concepção contemporânea de infância tem implicações diretas na prática pedagógica, pois implica repensar o currículo, as atividades escolares e o papel do professor, promovendo ambientes ricos em experiências, brincadeiras, exploração e descobertas. Assim, a criança deixa de ser vista como um adulto em miniatura e passa a ser reconhecida como sujeito ativo, capaz de construir conhecimento, desenvolver autonomia e interagir de forma significativa com seu meio (Rios; Silva, 2018; Oliveira, 2017).

DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Estudiosos como Piaget, Vygotsky e Wallon mostraram em seus estudos que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre sujeito e o meio.

Segundo Oliveira (2004) o bebê interage de diferentes maneiras no ambiente físico social que ele está inserido. Ao ingressar em um novo ambiente a criança vivenciará situações de interação distintas das que vive em seu cotidiano. Nessa interação com outros adultos e crianças aprenderá a compartilhar, conviver com ritmos, espaços, ações e objetos, e que muitas vezes não são compatíveis com sua realidade.

Partindo desse pressuposto evidencia-se a importância de propiciar as crianças interações das diversas manifestações sociais e culturais, com o intuito de crescimento e enriquecimento do conhecimento infantil.

[...] apresenta certa organização comportamental e algumas condições para perceber e reagir as situações, sobretudo aos parceiros que formam seu meio humano. Além disso, não apenas cada criança se modifica nesse processo, mas também os adultos e as demais crianças que com ela interagem tem oportunidades para se desenvolver (Oliveira, 2005, p.137).

As teorias sociointeracionistas defendem, portanto, o desenvolvimento infantil como um processo dinâmico, pois as crianças não são passivas, meras receptoras das informações que estão a sua volta.

TEORIAS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A concepção histórico-social do desenvolvimento humano (Oliveira, 2005) permite compreender os processos de interação existentes entre pensamento e atividades humanas. Estudos de fundamental contribuição para a compreensão do desenvolvimento infantil foram realizados por Vygotsky, Wallon e Piaget.

Segundo Galvão (1995, p 120) “Wallon elege a observação como instrumento privilegiado da psicologia genética”, a qual permite o acesso à atividade da criança em seus contextos, condição para compreender o real significado de cada uma das suas manifestações, sendo que poderemos compreender as atitudes da criança se entender a realidade do ambiente no qual está inserida. Henri Wallon propôs o estudo integrado do desenvolvimento infantil, contemplando os aspectos da afetividade, da motricidade e da inteligência. Para ele, o desenvolvimento da inteligência depende das experiências oferecidas pelo meio e pela apropriação que a criança faz delas (Galvão, 1995).

Nesse contexto, a participação dos pais torna-se essencial para a efetividade da Educação Infantil, onde a presença familiar nas atividades escolares não apenas reforça o vínculo afetivo, mas também amplia as oportunidades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento integral da criança (BRASIL, 1990). Pesquisas indicam que crianças cujos pais participam ativamente da rotina escolar apresentam

maior engajamento, autonomia e interesse pelas atividades pedagógicas (Almeida; Costa, 2019).

A articulação entre escola e família exige uma prática pedagógica planejada e inclusiva, que considere os pais como parceiros no processo educativo. Isso inclui a realização de reuniões, oficinas, atividades compartilhadas e estratégias de comunicação contínua, promovendo a compreensão mútua das necessidades da criança e do contexto de aprendizagem (Oliveira, 2017). Assim, a participação dos pais contribui para que o currículo da Educação Infantil se torne mais significativo, integrando experiências vivenciais, culturais e sociais, alinhadas às competências propostas pelo desenvolvimento infantil.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Com os avanços observados, cresce significativamente um nível de ensino que há poucos anos apresentava enormes carências, mas que em 2001, segundo INEP, já acolhia 5,9 milhões de crianças. A expansão da educação é um fenômeno comum a todas as sociedades em processo de modernização acelerada, como é o caso hoje, do Brasil.

O atendimento na educação infantil observa ainda as necessidades dos pais, ante as novas exigências do mercado de trabalho; na década de 80, esse atendimento era tido como exceção e privilégio, e atualmente vai se disseminando de forma positiva, abrindo-se para todas as crianças de 0 a 6 anos. Trata-se antes de tudo do reconhecimento de um direito democrático.

De acordo com Áries (1978), os conceitos de infância como um período importante da vida do ser humano não existia, ou seja, essa concepção diferenciada sobre a criança começa a se formar no final da Idade Média, onde até esta época eram vistos como adultos em miniaturas esperando a estatura normal e, caracterizada como um ser inocente e divertido que tinha a função de entreter os adultos. Somente no século XVII, devido inúmeras críticas de pensadores, as ações em relação à infância começaram a se modificar, onde é verificado que não é 'saudável' apenas paparicar a criança, mas sim que é necessário obter conhecimento sobre a mesma de maneira que seja possível orientá-la para corrigir as suas imperfeições.

Pesquisando diversos autores, se verifica que, mesmo durante a Idade Moderna a escola ainda se detinha apenas na disciplina dos seus alunos e ignorava as diferenças de idade, desta maneira mantinha uma sua origem religiosa e extremamente rígida; somente no início do século XIX que surge na Europa a idéia de creche. Segundo Sanches (2004 *apud* Mathias; Paula, 2009, p.1), “a creche propunha-se guardar crianças de 0 a 3 anos, durante o período de trabalho das famílias, a instituição creche nasce de uma necessidade atrelada ao nascente capitalismo e urbanização.”

No Brasil, com a industrialização e urbanização, essa idéia surge no final do século XIX, sendo que nesta fase se dá o crescimento das cidades localizadas nas regiões ricas, devido ao processo de migração das áreas mais pobres, com vistas ao trabalho e melhoria das condições de vida. Como forma de garantir a dominação do capital, surge também as formas de controle da vida dos trabalhadores, onde por iniciativa dos donos das indústrias são construídas vilas operárias, próximas às fábricas, que ofereciam as mercearias, escolas, creches.

Porém, com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, (LDB), as coisas se modificam:

[...] coloca a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. A mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 6 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas (Mathias; Paula, 2009, p.2).

Com a Constituição Federal de 1988, seguida da atual LDB, os sistemas municipais de ensino são reconhecidos e recebem atribuições específicas para manutenção dos serviços educacionais, como a educação infantil e, principalmente, o ensino fundamental.

Com a descentralização proposta por esta Constituição é realizada importante alteração referente às atribuições e recursos das esferas de governo, bem como a clara distribuição de poderes de maneira que os municípios são destacados com todas

as responsabilidades e determinações necessárias para que a educação municipal, de fato, atue com os níveis sob sua responsabilidade e receba percentual de recursos provenientes de impostos para serem aplicados em educação.

Há 10 anos, com o Censo Escolar de 2001, já foi possível comprovar os índices de aumento no número das matrículas da Educação Infantil, onde mais de 1 milhão de crianças estavam sendo atendidas em creches e outras 4,8 milhões, na faixa dos 4 aos 6 anos, encontram-se matriculadas na Pré-Escola. Dessa forma, em 2001 a educação infantil apresentou o maior crescimento na matrícula entre os níveis de ensino, incluindo no sistema escolar mais 560 mil crianças.

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ATIVIDADES ESCOLARES

Vive-se um momento em que a educação é alvo de constantes reflexões, estimulando-nos à busca de novos paradigmas que atendam às necessidades de uma realidade em acelerada transformação. Torna-se necessária uma ação concreta que conduza a uma reformulação dos conceitos relacionados à prática pedagógica.

O processo participativo é prioritário, no que diz respeito à definição de conteúdos, posto desse processo dependerá a viabilidade dos objetivos e atuações que se proponham. O resultado do planejamento pedagógico não é uma norma ou um programa de gestão, mas um contrato político entre a instituição e a comunidade. Por isso, o processo posterior à aprovação do planejamento, sua continuidade e a implantação das medidas ou atuações são tão ou mais importantes que o processo de elaboração e aprovação consensuais.

A participação da comunidade em geral, por meio não só da apresentação de soluções, mas também na sua implementação, traz conseqüências econômicas e sociais positivas (proliferação de novas iniciativas empresariais, geração de novos postos de trabalho, etc.) e estimula o desenvolvimento da cidadania. À medida que a própria comunidade participa – sugere e executa – diretamente das ações que lhe atingem ou dizem respeito, criam-se novos espaços ético-políticos nas localidades (Rico, 1999. p. 184).

A escola participa da sociedade em movimento, precisa acompanhar a evolução que acontece nos mais variados campos do conhecimento, de modo a auxiliar o educando na construção de sua identidade como ser humano, consciente

de seu valor no contexto social. É fundamental que se avalie os referenciais teóricos que fundamentam a prática pedagógica, a fim de torná-la significativa, crítica, criativa, prazerosa e capaz de emancipar o ser humano, para que ele atue na realidade como agente de transformação.

Os papéis dos educadores e da família são complementares, porém distintos. Em casa, há uma relação de autoridade entre pais e filhos. A criança possui também uma posição privilegiada e, por mais, que se comporte mal, os relacionamentos se mantêm. Na escola o cenário muda. O aluno se torna mais um integrante do grupo, aprende a lidar com novas regras, experimenta conflitos e percebe que as relações dependem de suas ações. Além do conhecimento, a criança deve adquirir na escola competências indispensáveis para o convívio em sociedade – dificilmente obtidas em família (Vinha, 2012, p. 20).

A educação que se pretende consiste num caminho para a descoberta de formas de superação dos problemas existentes na vida das pessoas. Ao mesmo tempo que se processa coletivamente a educação, também tem um caráter personalizante, à medida que cada um se forma como indivíduo e constrói a sua identidade. Segundo Vinha (2012, p. 20), “a família educa para a vida privada e a escola prepara para a coletiva. São espaços educativos distintos.”

Neste contexto, é preciso que os pais estimulem seus filhos a ter uma rotina de estudos em casa, ao mesmo tempo em que eles, os pais, demonstrem interesse pelas tarefas administradas pela professora. Dessa forma os pais devem ser orientadores na realização dos deveres, dando pistas sobre a resolução das tarefas, indicando livros e sites onde podem fazer pesquisa, mas nunca dando a resposta correta.

A presença dos pais nas atividades escolares de seus filhos, é uma das maneiras que visam a formação integral deste indivíduo em pleno desenvolvimento. É necessário que os pais possam garantir que não falem livros em casa, assim como um espaço tranquilo para realizar o dever; os filhos estudantes necessitam do entusiasmo dos pais, pois isso ajuda a fazê-los encarar o dever como uma atividade prazerosa, e assim os pais poderão demonstrar que suas tarefas têm aplicação na vida prática.

Pereira (2008), em matéria publicada na revista Veja, relata algumas atividades que visam aproximar os pais da vida escolar dos alunos, tais atividades já foram

implantadas em algumas escolas brasileiras. Entre elas o fato de disponibilizar via internet o boletim dos alunos, a lição de casa e um roteiro diário das aulas, de forma que os pais possam trocar e-mails com os professores e se manterem atualizados sobre os filhos sem necessidade de ir à escola; promover encontros que em nada lembram as burocráticas reuniões bimestrais, de forma que os pais recebem orientações bem práticas, perguntam à vontade e têm a chance de conversar entre si; a escola permite que os pais assistam algumas aulas para se inteirar das matérias.

Em Tocantins, o governo estadual implantou um sistema em que os pais ocupam cadeiras no conselho responsável pelas decisões financeiras da escola, com vistas a fiscalizar como o dinheiro do governo ou deles próprios é aplicado. O envolvimento das famílias melhora o sentimento de ligação com a comunidade, o que contribuirá significativamente para uma educação de sucesso. Percebem-se, que as escolas estão tendo um novo olhar em relação a participação dos pais no processo pedagógico, de maneira que estes têm o direito a ter conhecimento do processo, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Tem-se valorizado o vínculo entre diretores, professores e coordenadores pedagógicos e a família dos alunos, tudo com o objetivo de ter um relacionamento de confiança que resulta em uma melhor qualidade de ensino para a criança.

Grande parte dos docentes e gestores ainda reclamam da falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, ao mesmo tempo em que muitos pais ainda criticam e cobram maior qualidade no ensino ou questiona alguma rotina da escola; quando isso acontece, pode haver certo atrito entre escola e família, quando seria interessante, e necessário, aproximação entre eles. É sabido que a grande maioria dos pais não participa mesmo das atividades da escola, às vezes por não saberem que tem esse direito, ou por falta de tempo, ou até mesmo por desinteresse.

Encontram-se pais muito ansiosos, querendo que as crianças, já em seus dois anos de idade, estejam sentadas em carteiras fazendo tarefas; assim como se encontra pais que nunca entraram em contato com as atividades dos pequenos filhos. Um dos grandes problemas da Educação Infantil tem sido a cobrança dos pais, tentando mostrar ao mundo que seus filhos são mais inteligentes que os outros e assim acabam por adiantar as fases das crianças. A humanidade perplexa se vê em meio a uma enorme ausência de referências e de valores e, ao mesmo tempo, em meio a inúmeras possibilidades, num universo globalizado.

Desta forma, é necessária uma melhor compreensão referente a importância de os pais dos alunos de educação infantil estarem presentes nas atividades da escola e, cabe salientar que a função do gestor escolar é de suma importância, pois cabe a ele a função de articular as atividades que visem a entrada e permanência dos pais na escola.

CONCLUSÃO

A complexidade da sociedade e seus efeitos nas crianças em idade escolar, vem alterando a realidade vivida dentro das escolas, especialmente nas escolas públicas. Neste contexto complexo, o conceito de colaboração entre pais e escola tem o objetivo de melhorar o ambiente escolar, bem como transformar a experiência educacional dos alunos numa vivência mais significativa.

A escola também é beneficiada pela colaboração com os pais dos alunos, onde o envolvimento dos pais mostra aos alunos que o aprendizado e o bom desempenho escolar são importantes, resultando em um ambiente positivo, conduzindo ao aprendizado. Outro ponto importante, é o fato de que com o envolvimento dos pais na escola os conflitos da escola com os familiares tendem a se reduzir, melhorando ainda mais o ambiente escolar. As maiores barreiras ao desenvolvimento da colaboração entre a família e a escola são resultado de percepções distorcidas e falta de entendimento mútuo entre pais e educadores. Para tanto, colaboração com famílias requer treinamento por parte daqueles que a implementam.

É necessário ter clareza de que com a participação dos pais nas atividades escolares, existe uma revalorização do saber, onde os filhos compreendem que estudar é importante. Quanto aos pais, quando eles estão mais em contato com a escola compreendem melhor as dificuldades e os empecilhos que existem no processo de ensinar e aprender.

Em síntese, a participação dos pais na Educação Infantil vai muito além da presença física ou da simples observação das atividades escolares. Trata-se de um envolvimento ativo, consciente e contínuo, capaz de transformar a experiência educativa em um processo colaborativo e significativo. Quando os pais se engajam, contribuem para que a aprendizagem se torne mais viva, contextualizada e conectada

à realidade das crianças, fortalecendo vínculos afetivos, promovendo segurança emocional e incentivando a autonomia e o protagonismo dos pequenos.

A escola, por sua vez, tem o papel de criar condições para que essa parceria se concretize, oferecendo espaços de diálogo, atividades integradoras e orientações que valorizem a contribuição da família no cotidiano pedagógico. Assim, pais e educadores tornam-se coautores do processo educativo, compartilhando responsabilidades e experiências que ampliam o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

Investir na participação dos pais é, portanto, investir na qualidade da Educação Infantil, na formação de crianças críticas, seguras e colaborativas, e na construção de uma comunidade escolar mais coesa e engajada. É reconhecer que a educação não acontece isoladamente, mas na interseção entre família, escola e sociedade, e que o futuro das crianças se fortalece quando todos se comprometem de forma integrada com seu crescimento. Dessa maneira, a presença ativa dos pais deixa de ser apenas desejável: torna-se indispensável para que a Educação Infantil cumpra seu papel de formar cidadãos conscientes, autônomos e preparados para os desafios da vida.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed.LCT, 1978.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil**. Brasília: Mec/Sec, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1999.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.
- KAERCHER. Gladis (org) **Educação Infantil: para que te quero**. Porto Alegre. Artmed, 2001
- MATHIAS, Elaine Cristina Bio; PAULA, Sandra Nazareth de. A educação infantil no Brasil: avanços, desafios e políticas públicas. **Revista Interfaces: ensino, pesquisa**

- e extensão. 2009, ano. 1, n. 1. p. 13 – 16. Disponível em:
<http://www.revistainterfaces.com.br/Edicoes/1/1_5.pdf>. Acesso em: 02 set 2011.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: Muitos olhares**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- OLIVEIRA, M. A. **Infância e educação: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2017.
- PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PEREIRA, Camila. Escolas brasileiras começam a criar bons programas para atrair os pais. **Veja**. São Paulo: Abril, n. 2079, 24 set. 2008.
- RIOS, F. L.; SILVA, A. P. **A infância e suas concepções na educação infantil contemporânea**. Revista Educação e Sociedade, v. 39, n. 141, p. 123-138, 2018.
- SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e médio: disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998
- VINHA, Telma. Escola e Família. **Nova Escola**. São Paulo: Abril, ano 27, n. 249, p. 20, jan. /fev. 2012.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.